

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE
EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO DE ALTOS NÍVEIS DE POLUIÇÃO NO
BRASIL**

PALOMA LOPES DE SOUZA

Juiz de Fora – MG

2016

PALOMA LOPES DE SOUZA

**EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE
EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO DE ALTOS NÍVEIS DE POLUIÇÃO NO
BRASIL**

Monografia apresentada pela acadêmica Paloma Lopes de Souza apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade de Juiz de Fora – MG, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Ma. Luciana Holtz.

Juiz de Fora – MG

FACC/UFJF

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LOPES DE SOUZA, PALOMA.

EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EMPRESAS CLASSIFICADAS COMO DE ALTOS NÍVEIS DE POLUIÇÃO NO BRASIL / PALOMA LOPES DE SOUZA. -- 2016.

55 f.

Orientadora: Luciana Holtz

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, 2016.

1. Relevância das Evidenciações Socioambientais. 2. Disclosure de Informações Sócio Ambientais. 3. Teoria da Legitimidade. 4. Empresas e o Meio Ambiente.. I. Holtz, Luciana , orient. II. Título.



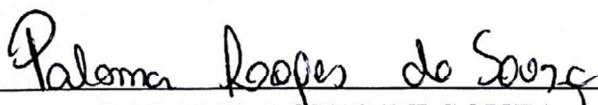
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 15 de Dezembro de 2016.


PALOMA LOPES DE SOUZA

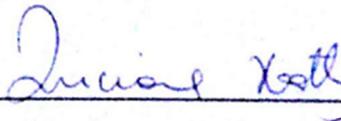
¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

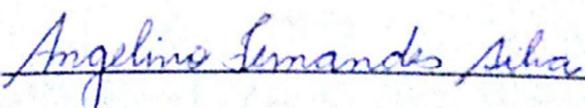
ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2016, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Paloma Lopes de Souza, discente regularmente matriculada no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número 201178048, intitulada "Evidenciação socioambiental: uma análise comparativa entre empresas classificadas como de altos níveis de poluição no Brasil". Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente Aprovada (aprovada/reprovada). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

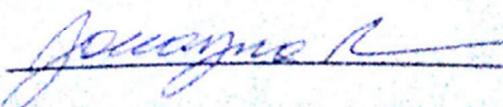
Juiz de Fora, 15 de dezembro de 2016.



Prof.^a Ma. Luciana Holtz
Orientadora



Prof.^o Me. Angelino Fernandes Silva



Prof.^a Ma. Janavna Katvuscia Freire de Souza
Ferreira

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me fortalecer com sua benevolência, diante dos momentos difíceis da vida; à minha mãe Sueli e meu pai Ricardo por serem companheiros e carinhosos, aconselhando meus passos sempre; à Ma. Luciana, professora querida e estimada que me orientou neste trabalho, com muita paciência e afeto, durante muito tempo; à minha amiga Silmara que, em muitos momentos me encorajou a continuar a buscar melhorias na vida; à minha amiga Camila que me acompanhou durante essa trajetória de aprendizado e amizade; à meu amigo Fernando esteve sempre ao meu lado; à todos que acreditaram em mim e nas imensas possibilidades do que posso conquistar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Empresas com altos potenciais de emissão de poluentes, definição da população....	22
Quadro 2 – Definição da amostra, empresas com altos potenciais de emissão de poluentes que apresentaram relatórios de sustentabilidade de 2013 a 2015.....	24
Quadro 3 – <i>Disclosure Index</i>	25
Quadro 4 – Grau de evidenciação socioambiental.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de evidenciação socioambiental.....	39
Tabela 2 – Ranking de evidenciação socioambiental.....	40

RESUMO

Esta pesquisa tem como intuito investigar se a evidenciação socioambiental (*disclosure*) no Brasil, entre empresas da BM&F Bovespa – classificadas como de altos níveis de poluição – apresentam, em seus relatórios de sustentabilidade, quesitos discutidos em estudos anteriores como relevantes para a análise dos *stakeholders* (interessados). O presente estudo busca, dessa forma, complementar o conteúdo de contabilidade socioambiental no país, o qual ainda tem seu campo reduzido e em crescimento devido às pressões sociais e políticas dos acidentes ambientais ocorridos atualmente. Busca-se através deste cumprir o objetivo de sanar os interesses da comunidade acadêmica e acrescentar meios para obtenção de informações essenciais a tomada de decisão. O estudo tem por objetivo ser exploratório e descritivo, com uma abordagem qualitativa e analítica dos estudos documentais, cujas amostras demonstram que somente 27% das empresas do setor de materiais básicos classificadas como de altos níveis de poluição, apresentam relatórios de sustentabilidade de forma voluntária. Outro resultado encontrado foi que, apurou-se a média total da adesão dos trinta e nove quesitos, nas treze empresas e nos vinte e sete relatórios de sustentabilidade estudados durante os anos de 2013, 2014 e 2015, que resultou em 83% de adesão. De acordo com a metodologia abarcada para concretizar a pesquisa, o resultado obtido indica que o grau de evidenciação socioambiental foi alto, e as organizações totalizaram a aderência plena durante o período.

Palavras-chave: Relevância das Evidenciações Socioambientais; Teoria da Legitimidade; *Disclosure* de Informações Sócio Ambientais; Empresas e o Meio Ambiente.

ABSTRACT

The research intends to investigate whether the social and environmental disclosure Brazil BM & F Bovespa companies – classified as high levels of pollution - present in their sustainability reports, in previous studies as relevant for the analysis of stakeholders. Thus, this study to complement the socio-environmental accounting content in the country, which still small field due to social and political pressures of environmental accidents and thereby fulfill the purpose of remedying the interests and add to obtain information decision-making. The study aims to be exploratory and descriptive, with a qualitative and analytical approach of documentary studies, whose samples showed that only 27% of companies in the basic materials sector classified as high levels of pollution present sustainability reports. Another result found was that the calculation of the total average adherence of the thirty-nine issues regard in the thirteen companies and in the sustainability reports studied the years of 2013 - 2015, resulted in 83% adherence. According to the methodology contained to carry out the research, the result obtained indicates that the degree of environmental disclosure was high, and the organizations totaled full adherence during period.

Keywords: Relevance of Socio-environmental Evidence; Theory of Legitimacy; Disclosure of Socio-Environmental Information; Business and the Environment.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	11
1.1 FUNDAMENTAÇÃO EM TRABALHOS ANTERIORES	12
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.3 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 <i>DISCLOSURE</i> DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS.....	15
2.2 RELEVÂNCIA DAS EVIDENCIAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS.....	16
2.3 TEORIA DA LEGITIMIDADE	16
2.4 EMPRESAS E O MEIO AMBIENTE	17
2.5 ESTUDOS ANTERIORES	19
3. METODOLOGIA	21
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA	21
3.2 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	21
3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DOS DADOS	24
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	27
4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TRINTA E NOVE QUESITOS ELENCADOS NOS RELATÓRIOS.....	28
4.2 ANÁLISE POR EMPRESAS DURANTE OS ANOS ESTUDADOS.....	36
4.3 MÉDIAS DE ADERÊNCIA DE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL POR ANO E POR TOTAL GERAL DOS ANOS ESTUDADOS.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
ANEXOS	50
APÊNDICES	52

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

De acordo com Viterbo Júnior (1998) em ambientes competitivos há a necessidade de as organizações buscarem lucratividade, e tal busca deve ser realizada de forma consciente e responsável, de modo que as empresas devem planejar estratégias que as levem a realizar suas atividades de maneira a não causarem grandes impactos ambientais, ou que tenham capacidade de gerar benefícios em contrapartida aos impactos ambientais que causarem. A responsabilidade social, segundo Bertonecello (2007), é uma estratégia para que as empresas obtenham crescimento e desenvolvimento, valorizando a ética e a cidadania.

Dalmácio (2004) relata sobre a crescente demanda de informações contábeis e de sustentabilidade por parte dos interessados, tais como investidores, consumidores, a sociedade civil e o governo, entre outros, o que levou à disseminação de ideias acerca da redução de emissão de poluentes no meio ambiente.

A sociedade exige das empresas legitimidade, transparência nos processos produtivos e nos descartes de rejeitos (logística reversa), e dessa forma é necessário que as organizações programem a prestação de contas à sociedade (FROTA. *et al*, 2015).

Segundo Guzzo e Mainardes (2014), observa-se no cenário atual a constante necessidade de direcionamento de esforços na busca pelo marketing social, planejamento estratégico, implementação de políticas ambientais, governança corporativa e gestão ambiental, para concretização da melhoria das práticas realizadas pelas empresas nos tempos modernos.

O setor de materiais básicos é composto por empresas de mineração, siderurgia e metalurgia e produtos químicos, que possuem alto potencial de poluição conforme a Lei Nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, que altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências redigidas com vista à fiscalização de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Devido ao perfil do setor, conforme mencionado no anexo 1 da referida lei, as empresas a ele pertencentes foram escolhidas como objeto para esta pesquisa.

O relato de Araújo, Freire e Mendes (1997) menciona que o gerenciamento dos recursos nas empresas depende da tomada de decisão referente às demandas dos grupos da sociedade. Desse modo, os estudos das demandas sociais, da busca por legitimidade da sociedade são o que impulsionam a geração de informações nos relatórios socioambientais e,

consequentemente, aproximação da sociedade e empresas, dessa forma equilibrando a necessidade informacional dos grupos.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar os níveis de informações socioambientais divulgadas em diferentes empresas com alto potencial poluidor, pois as informações, ainda que negativas, devem ser evidenciadas para levarem ao mercado uma perspectiva de melhoria (MAGALHÃES, 2011). Os interessados nas organizações devem estar cientes da atual realidade das empresas para a tomada de decisão mais acertada.

A pesquisa é válida por acrescentar aos interessados informações novas sobre contabilidade socioambiental, especificamente no setor de materiais básicos, e com o detalhamento de informações apresentado, que permite a observação de empresas que, mesmo cientes de que o relatório de sustentabilidade é uma ferramenta essencial para análise de informações, não o divulgam. As organizações devem compreender que, a ciência contábil e o balanço social ou relatório de sustentabilidade estão cada vez mais interligados, já que padrões e normas contábeis criadas recentemente servem não somente para evidenciação de informações, mas também como marketing e planejamento estratégico (ARAGÃO, 2010).

Assim, esta pesquisa faz parte da busca por conhecimento e melhoria das evidenciações socioambientais no Brasil, e apresenta ao leitor uma visão global de conceitos usuais associados aos relatórios de sustentabilidade, tais como as evidenciações apresentadas por empresas com alto grau de emissão de poluentes e os itens mais visados para qualidade de vida em sociedade.

1.1 FUNDAMENTAÇÃO EM TRABALHOS ANTERIORES

A pesquisa de Oliveira (2015) corrobora para o entendimento de que as demonstrações financeiras contribuem para avaliação de riscos e potencialidades de retornos das empresas e, portanto, as decisões pautadas na segurança das informações dão confiabilidade para a análise financeira da organização.

A transparência dos relatórios contábeis, segundo Dalmácio (2004), possibilita aos usuários externos uma maior assertividade nas interpretações e melhor análise dos dados apresentados e, logo, é essencial divulgar qualquer informação relevante para a sociedade. Desse modo as informações complementares como relatórios de sustentabilidade, ou mesmo as notas explicativas detalhadas são de grande relevância para os *stakeholders* (interessados).

Em consonância, Ferraz (2007) disserta sobre a nova postura organizacional, em que *stakeholders* necessitam de uma postura ética das empresas, de modo que as decisões dos gestores, não afetem negativamente a terceiros. Logo, a sociedade poderá e deverá pleitear atitudes responsáveis e éticas das empresas, de forma a contribuir para redução da desigualdade, valorização dos colaboradores, realização de ações sociais responsáveis, prevenção de impactos e criação de diretrizes sobre decisões ambientais.

Ferraz (2007) afirma ainda que com tais atitudes, a imagem institucional da empresa se fortalecerá perante a sociedade e ela obterá um equilíbrio entre realização de lucro e realização de suas obrigações para comunidade. Os conflitos gerados entre os interesses empresariais e os interesses da sociedade devem ser solucionados buscando um planejamento estratégico visando realização de deveres pautados na ética, com a devida conduta dos preceitos morais.

Concluindo, Ferraz (2007) afirma que o objetivo a ser alcançado é o cumprimento de normas morais não coercivamente, e sim realizar a partir da consciência humana da própria vontade uma gestão empresarial que se comporte com maturidade e integridade para viver um bom relacionamento com a coletividade.

Os autores Conceição *et. al.* (2011) referenciam que a gestão ambiental hoje, motivada pela necessidade de que seus clientes observem uma imagem institucional íntegra, é valorizada e, então, as organizações devem primar pela minimização dos danos à natureza, não afetando negativamente grupos minoritários. A gestão, segundo os autores, deve então buscar processos operacionais que não denigram o meio ambiente, com tecnologias novas e o reuso de resíduos, propiciando a melhoria da dimensão ecológica do planeta e a otimização de sua cadeia de produção.

A autora Corazza (2003) afirma que devem-se criar intensões, princípios e objetivos para atingir um bom desempenho ambiental, o planejamento é essencial na mudança da política organizacional, com embasamento em alocação de recursos tecnológicos, humanos, logísticos e implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA).

A implementação de um sistema de gestão ambiental evidencia a relevância das informações obtidas na pesquisa como a minimização de situações emergenciais que ocorrem quando não há controle e monitoramento das operações das empresas, ou mesmo informações sobre a logística reversa dos resíduos produzidos, dentre tantos outros itens analisados no estudo. (CONCEIÇÃO, *et al*, 2011).

Observa-se então um novo modelo de gestão a ser alcançado, onde o gerenciamento de informações deve ser feito com objetivo de aperfeiçoamento de todo processo organizacional; o que tornará as empresas diferenciadas com menos concorrência, melhoria da produtividade e gerando uma grande relevância para o meio ambiente e a sociedade (BERTONCELLO, 2007).

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Considerando o acima exposto, a questão a ser respondida por essa pesquisa é: Qual o nível de evidenciação socioambiental de empresas da BM&FBovespa, classificadas como sendo de altos níveis de poluição, a partir da análise dos relatórios de sustentabilidade?

A expectativa final do presente trabalho foi agregar valor às pesquisas de contabilidade ambiental e fomentar discussões com intuito de que futuramente as empresas com alto grau de emissão de poluentes no Brasil realizem efetivas evidenciações ambientais.

1.3 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

A pesquisa tem como objetivo geral identificar qual o nível de evidenciação socioambiental de empresas classificadas como sendo de altos níveis de poluição, a partir dos quesitos que são evidenciados nos relatórios de sustentabilidade.

Para o alcance do objetivo geral é necessário traçar os objetivos específicos, que são:

- Delimitar as empresas que seriam analisadas;
- Elaborar um *checklist*, de itens a serem identificados nos relatórios de sustentabilidade das empresas;
- Determinar os níveis de evidenciação socioambiental de acordo com o que foi analisado nos relatórios de sustentabilidade.

A presente pesquisa está dividida em cinco seções, além da introdução, na segunda seção tem-se o referencial teórico, na terceira seção expõem-se a metodologia da pesquisa, na quarta seção a análise e discussão dos resultados e finalmente na quinta seção encontram-se as considerações finais do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será descrita a fundamentação teórica que fornece embasamento para o discernimento do assunto pesquisado, sendo primeiramente apresentada a relevância das evidências ambientais, seguida da teoria da legitimidade e teoria da divulgação e por fim são apresentados estudos anteriores.

2.1 *DISCLOSURE* DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O *disclosure* de informações socioambientais é uma grande ferramenta utilizada para legitimar as ações das empresas perante a sociedade, uma vez que a análise da divulgação das ações evidenciadas para os *stakeholders* é o objetivo do estudo desta pesquisa. Calixto (2009) identifica quais são os itens mais divulgados pelas empresas e que remetiam a necessidade de que a sociedade tomasse conhecimento por meio do *disclosure* voluntário.

Com a crescente demanda de informações exigidas pela sociedade, Correa *et al* (2011) observam que as empresas se veem diante de um novo cenário, onde tendem a se conscientizar e cada vez mais se desenvolver de forma a minimizar os impactos ambientais que potencialmente poderiam ser causados por elas. Para tal objetivo, as grandes organizações têm buscado realizar suas operações preocupadas com a vertente socioambiental e moldando suas operações, através da utilização de indicadores de desempenho como ação preventiva, para que a sobrevivência da empresa seja mantida e o *disclosure* voluntário seja o mais transparente e correto possível, evidenciando bons resultados operacionais.

A padronização das informações é necessária para uma melhor análise dos investidores na hora da tomada de decisão, e o *disclosure* obrigatório reflete um aumento de confiança para realização dessas operações conforme, Gonçalves e Ott (2002). Conseqüentemente, os gastos gerados para a obtenção dessas informações adicionais ocasionalmente serão superiores; o que nos leva a crer do porquê são geradas informações somente exigidas pela lei (Dantas *et al*, 2005).

Correa *et al* (2011) afirma em seu estudo que, internacionalmente o *disclosure* de informações socioambientais tem sua motivação interligada com a busca das empresas por legitimidade, e que essa questão se encontra em um estágio inicial de pesquisa.

2.2 RELEVÂNCIA DAS EVIDENCIAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

De acordo com Barbosa *et al* (2014) existem três classificações para teoria da contabilidade:

a) a sintática, que diz respeito aos dados dos relatórios financeiros, como resultado de receitas menos despesas;

b) a semântica, que diz respeito ao conteúdo inerente as demonstrações contábeis e a sua formulação;

c) a pragmática, que se dedica a aplicação empírica da contabilidade e que fornecerá informações para a tomada de decisão dos investidores, e será o objeto necessário ao estudo.

Camargo (2009) considera que uma organização ideal, no que se refere ao aprendizado socioambiental, é aquela que divulga as práticas, metas e objetivos, internamente para os clientes internos ou colaboradores e externamente para a comunidade, que legitima e aceita seu funcionamento. O desenvolvimento de uma observação sistêmica e organizada, voltada para o conhecimento, deverá alterar os processos produtivos e causar melhorias em busca de maior sustentabilidade.

A transparência corporativa, simetria informacional e a relevância das informações a serem evidenciadas segundo Murcia (2010) são de grande importância para que se possa obter uma clara situação da empresa e se possa fazer uma boa análise quanto às incertezas. Este processo de evidenciação é endógeno e pode ainda ser voluntário ou discricionário (que se trata de informações suplementares), podendo, então, gerar vantagem competitiva para as empresas que decidem aderir a um modelo voluntário e complementar de evidenciação (Murcia, 2010).

A autora Matias (2013) considera que as informações socioambientais são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros.

2.3 TEORIA DA LEGITIMIDADE

A teoria de Kelsen (2006) sobre a legitimidade em um de seus conceitos, afirma que a legitimidade acontece nas democracias e poderá ser observada quando a população utilizar seu poder de decisão e realmente vetar ou aceitar um quesito, dessa forma se tornando

efetivamente existente, ou seja, quando as empresas são aceitas ou não pela sociedade, a qual concorda ou não com sua atuação na comunidade. (MEIRELES, 2014).

A teoria da legitimidade, segundo Garcia (2014) foi criada a partir da ideia intrínseca da existência de um contrato entre a empresa e a sociedade e, portanto, as ações da empresa devem ser inseridas dentro das permitidas, adequadas e apropriadas na sociedade, de modo que isso garanta a sobrevivência no mercado. Poderá ainda haver alterações no que se entende como adequado para a empresa, de acordo com mudanças decorrentes de envolvimento social, conscientização, regulamentações, influências da mídia, pressão social ou crises.

Ainda de acordo com Meireles (2014) pode-se observar que a população é livre para escolher e constituir seu governo, desde que não haja violação dos direitos dos outros e, dessa forma, as empresas que respeitam as comunidades devem realizar suas operações, com vistas a obter a legitimidade, sem agredir os direitos dos cidadãos de permanecerem com um meio ambiente saudável e com qualidade de vida adequada, possivelmente ajudando a constituir projetos para melhoria da própria sociedade e do meio ambiente em que estão inseridas.

Sob outra perspectiva, Silva (2003) aborda eventos negativos, como acidentes ambientais ou de trabalho nas empresas. Esses eventos podem motivar uma tática de evidenciação voltada para recuperação dos efeitos externos negativos do momento, e essa evidenciação pode ocorrer por pressão pública perante a sociedade, de forma a justificar ou amenizar os fatos incorridos e buscando minimizar as consequências da visibilidade negativa da empresa.

As percepções, expectativas e valores podem ser influenciados pelos administradores nas divulgações dos relatórios para recuperar a legitimidade, sendo a explicação para empresas com baixo desempenho ambiental divulgarem mais informações para aumentar a legitimidade (CHO; PATTEN, 2007).

2.4 AS EMPRESAS E O MEIO AMBIENTE

O esforço contínuo das empresas por maximização de lucro, por estar de acordo com a legislação vigente e efetivamente ter responsabilidade social, deve ser o mesmo já que o cuidado para com o meio ambiente é de responsabilidade não só dos governos, como de

toda sociedade. Dessa forma, os critérios da administração empresarial devem estar vinculados a códigos de conduta ética, conforme Santiago (2008).

Ferraz (2007) introduz a ideia de que as organizações que visam a proteção do meio ambiente causam melhores impressões nos interessados pelo negócio e que existem, em alguns países, fundos que investem nessas organizações e possuem maior rentabilidade, já que essas empresas têm maiores índices de lucratividade.

De acordo com Pinto e Ribeiro (2004) nos relatórios de sustentabilidade social constam informações importantes como qualidade dos produtos das empresas, controle de poluição, contribuições a eventos culturais, benefícios aos trabalhadores, abordagem ambiental, condições de trabalho, informações para *stakeholders* e qualificação dos trabalhadores.

Os relatórios de sustentabilidade, conclui Bertonecello (2007), deveriam ter um aumento de aderência por parte das empresas, pois é uma questão estratégica de suma importância que determinará um maior nível de transparência para a sociedade, uma boa imagem e finalmente a sobrevivência no novo mercado.

Muitas organizações não utilizam a contabilidade socioambiental por não conhecerem seus benefícios. Conforme afirma Oliveira (2015) ela poderá ajudar a adequar as informações contábeis e condicionar aos usuários uma correta avaliação financeira e econômica das empresas, e posteriormente prever comportamentos e efeitos sobre o meio ambiente. A minimização do impacto ambiental é um objetivo do gerenciamento ecológico, de acordo com Conceição et al (2011), e sendo assim, as operações devem ser tão ecologicamente corretas quanto for possível. As informações prestadas pela contabilidade e os relatórios socioambientais devem criar uma mentalidade de objetivos e metas visando uma gestão correta e mudança de atitudes que prejudiquem o meio ambiente. Ashley (2003) aponta um exemplo de legitimidade, citando que as organizações expressam seu compromisso para com a sociedade, com atitudes que afetem de forma positiva, ampla, proativa, transparente e coerente com seu papel na sociedade. As indústrias – inclusive as pertencentes ao setor de materiais básicos – pela natureza do processo produtivo, correm inúmeros riscos ambientais e, de acordo com a legislação ambiental, são obrigadas a apresentar a devida análise de riscos para obter a licença de instalação e consequente redução dos acidentes, de acordo com Argenta (2007).

Teixeira (2006), considera que aspectos que visam implementação de políticas ambientais dentro das empresas e que possibilitam a elaboração de planejamentos estratégicos

acarretam em melhorias contínuas nas organizações. O autor também salienta que parte das estratégias de sobrevivência na sociedade atual é a obtenção da certificação de normas internacionais da série ISO 14000 (*International Organization for Standardization*), que estabelece indicadores, normas de desempenho ambiental, que são diretrizes básicas para gerenciar e padronizar a questão ambiental dentro das empresas, minimizando os impactos e danos que as organizações causam ao meio ambiente. A certificação demonstra que a organização está em conformidade com as normas e requisitos básicos do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Todas estas definições apresentadas tendem a gerar uma mudança cultural nas organizações para condução dos negócios com base na busca por legitimidade.

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

Em estudo relacionado ao *disclosure*, Silva (2003) traz a importância da evidenciação sobre a informação contábil socioambiental e sua necessidade na gestão organizacional para a tomada de decisão. O autor também estuda a diferença de evidenciação entre as empresas, de forma que em alguns casos, pode-se citá-lo como um estudo que se refere anteriormente ao trabalho ao que se fez em nossa pesquisa.

Em 2007 foi publicado, um dos primeiros estudos sobre a teoria da legitimidade, com autoria de Guimarães e Santana (2007), chamado “Teorias justificativas da contabilidade social: A percepção dos discentes de cursos de Ciências Contábeis no Distrito Federal”. O estudo abordou a proposta da pesquisa com vistas em autores de teorias, que buscavam explicar o surgimento da área de realce da contabilidade socioambiental e o caráter não só econômico das empresas, mas também analisou o relacionamento de causa e efeito quando empresas negligenciam os efeitos socioambientais em suas operações. Pode-se observar então que a contabilidade dessa área vem com o objetivo de minimizar a falta de informações socioambientais e mensurando o custo benefício da evidenciação.

Correa *et al* (2011) no estudo “A divulgação de informações socioambientais nas Demonstrações Financeiras Padronizadas: Uma análise a luz da teoria da legitimidade”, confronta a necessidade das organizações de obter legitimidade e as percepções individualistas da moralidade e valores sociais, pois estes quesitos tem uma volatilidade alta, já que em pouco espaço de tempo a sociedade pode ter seus valores alterados diante dos acontecimentos, da mídia e outros fatores que podem influenciar a percepção de moral das pessoas. Dessa forma, as estratégias na busca por legitimação são constantemente atualizadas,

com vistas em sua permanência no mercado e reduzindo as possibilidades de ameaça a sua legitimidade.

Em sua pesquisa denominada “*Disclosure* de Informações Socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil”, Faria e Pereira (2009), evidenciam que a responsabilidade socioambiental ainda é pouco divulgada pelas entidades em razão de seu alto custo de produção e monitoramento e justificam a importância do *disclosure* em contraposição aos valores unicamente econômicos das organizações, em busca do desenvolvimento sustentável das comunidades que as legitimam, já que não há empresas sem a sociedade e sem o meio ambiente no qual estão inseridas.

3. METODOLOGIA

A fim de alcançar o objetivo proposto, foi realizado um estudo descritivo que busca entender o fenômeno específico de evidenciação socioambiental a partir de descrições, comparações e interpretações. Descritivo, pois, descreve a partir da coleta de dados, características do determinado setor de materiais básicos. Ainda é classificado como documental, de acordo com Gomes e Araujo (2005), onde foi feita uma consulta e análise nos relatórios de sustentabilidade evidenciados pelas organizações. Portanto, segundo Ribeiro Filho (2006) foi realizada pesquisa com abordagem empírico-teórica visando referenciar através de relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de materiais básicos que constam no sítio da BM&FBOVESPA e possuem em seus *websites* o relatório de sustentabilidade ou similar.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para definição da população utilizou-se a seleção de empresas do setor de materiais básicos com altos potenciais de emissão de poluentes. Empregou-se para seleção das empresas do setor o programa Economatica, para buscar as empresas listadas na BM&F Bovespa que estavam com as informações disponíveis no programa.

O período da amostra de relatórios analisados equivale aos relatórios de sustentabilidade de 2013 a 2015, por se tratarem de relatórios voluntários nos quais há evidenciação de informações específicas socioambientais atuais e necessárias para análise conforme conteúdos elencados no Quadro 3.

3.2 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Consistiu em analisar os relatórios de sustentabilidade, uma vez que estes relatórios possuem maior teor de informações socioambientais, permitindo aos *stakeholders* maior garantia de qualidade da informação recebida e propiciando a estes, a melhor tomada de decisão diante da evidenciação.

O setor de materiais básicos foi escolhido para a pesquisa, por se tratar de um setor onde as empresas apresentam altos níveis de poluição. Especificamente, busca-se criar

um índice de itens de informações e verificar quais quesitos a empresa divulga no intuito de alcançar maior legitimidade.

A partir do índice, foi observado nos relatórios de sustentabilidade se os itens analisados estarão ou não contidos utilizando uma variável dicotômica 0 e 1. Se determinado item estiver contido receberá 1 e os que não estiverem contidos nos relatórios de sustentabilidade receberão 0.

Logo, calcula-se o total para cada empresa do setor de materiais básicos que estão citadas no Quadro 1. Posteriormente os totais serão traduzidos em porcentagens e analisados comparativamente para verificar o grau de evidenciação socioambiental de cada empresa. No Quadro 1, a seguir, estão apresentadas as empresas do setor que serão analisadas e seus dados.

QUADRO 1: Empresas com altos potenciais de emissão de poluentes, definição da população.

Setor Econômico	Potencial de Poluição Grau de Utilização (Anexo VIII da Lei 10.165/2000)	Subsetor	População	Relatórios
Materiais Básicos	Alto	Mineração	Minerais Metálicos	
			Ccx Carvao	Não apresentou
			Litel	Não apresentou
			Magnesita SA	Não apresentou
			MMX Miner	Não apresentou
			Vale	2013 a 2015
			Minerais Não Metálicos	
			Chiarelli	Não apresentou
			Eternit	2013 a 2015
			Nadir Figuei	Não apresentou
		Portobello	Não apresentou	
		Siderurgia e Metalurgia	Aco Altona	2013 (inválido - folder)
			Aliperti	Não apresentou
			Altus S/A	Não apresentou
			Ferbasa	Não apresentou
			Fibam	Não apresentou
			Forja Taurus	2013
			Gerdau	Não apresentou
			Gerdau Met	Não apresentou
			Haga S/A	Não apresentou
Hercules	Não apresentou			
Kepler Weber	Não apresentou			
Lupatech	Não apresentou			
Mangels Indl	Não apresentou			
Metal Iguacu	Não apresentou			
Metisa	Não apresentou			

		Mundial	Não apresentou
		Panatlantica	Não apresentou
		Parapanema	2013
		Sid Nacional	Não apresentou
		Tekno	Não apresentou
		Usiminas	2015
	Químicos	Bombril	2013 e 2014
		Braskem	2014 e 2015
		Cristal	Não apresentou
		Elekeiroz	2013 a 2015
		Fer Heringer	2013 a 2015
		Nortcquimica	Não apresentou
		Nutriplant	Não apresentou
		Ourofino S/A	2014 a 2015
		Ultrapar	Não apresentou
		Unipar	Não apresentou
	Petróleo e gás	Ceg	Não apresentou
		Comgas	Não apresentou
		Nova Oleo	Não apresentou
		OGX Petroleo	2014
		Pet Manguinh	Não apresentou
		Petrobras	2013 e 2014
		Petrorio	Não apresentou
	Qgep Part	2013 a 2015	

Fonte: Adaptado pela autora, utilizando o Formulário de Nilson *et al* (2014).

No quadro 2 a seguir estão relacionadas as empresas, após a retirada daquelas que não apresentaram os relatórios de sustentabilidade a partir de 2013 em nenhum período, ou seja são as empresas utilizadas na pesquisa e que terão seus relatórios analisados.

Quadro 2: Definição da amostra, empresas com altos potenciais de emissão de poluentes que apresentaram relatórios de sustentabilidade de 2013 a 2015.

Setor Econômico	Potencial de Poluição Grau de Utilização (Anexo VIII da Lei 10.165/2000)	Subsetor	População	Anos da amostra	Quantidade de relatórios analisados	
Materiais Básicos	Alto	Mineração	Vale	2013 a 2015	3	
			Minerais Não Metálicos			
			Eternit	2013 a 2015	3	
		Siderurgia e Metalurgia	Forja Taurus	2013	1	
			Paranapanema	2013	1	
			Usiminas	2015	1	
		Químicos	Bombril	2013 e 2014	2	
			Braskem	2014 e 2015	2	
			Elekeiroz	2013 a 2015	3	
			Fer Heringer	2013 a 2015	3	
			Ourofino S/A	2014 a 2015	2	
			OGX Petroleo	2014	1	
			Petrobras	2013 e 2014	2	
		Qgep Part	2013 a 2015	3		
		Total de relatórios analisados				

Fonte: Resultados pesquisados, adaptado pela autora utilizando o Formulário de Nilson *et al* (2014).

3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada nos *websites* das empresas citadas no Quadro 2 das empresas listadas na BM&F Bovespa e classificadas como altos potenciais de emissão de poluentes. A metodologia usada foi uma adaptação da metodologia desenvolvida por Calixto (2009) e Macedo (1994). Essa metodologia buscava analisar os dados de acordo com o Índice criado e adaptado no Quadro 03 a seguir.

Quadro 03: Disclosure Index

<i>Empresas com altos potenciais de emissão de poluentes.</i>	
Nº	Itens verificados
1	Constam no relatório declaração, existência ou preocupação com a evidenciação de informações sociais e ambientais?
2	Existem informações sobre políticas ambientais da empresa?
3	A empresa tem certificação ambiental ISO 50001, 9001, ISO 14.001, ISO 14.011, ISO14.012, ISO 14046?
4	Constam no relatório informações sobre monitoramento e controle das políticas ambientais estabelecidas?
5	Constam no relatório os padrões ambientais estabelecidos?
6	Foi feita alguma comparação de desempenho ambiental versus padrão estabelecido ou versus anos anteriores?
7	Os funcionários realizaram treinamentos ambientais?
8	Há informações sobre o reconhecimento das regulamentações ambientais?
9	Existe a presença de uma gerência ambiental ou de sustentabilidade na empresa?
10	Há relatos sobre o reconhecimento dos impactos ambientais da atividade?
11	Ocorre a presença de um sistema de gestão ambiental ou sustentabilidade?
12	É citado que a empresa utiliza algum programa de restauração, reabilitação, reflorestamento ou reuso?
13	É feita a reciclagem de matéria prima utilizada?
14	Foi feita a realização de auditoria ambiental ou social?
15	Ocorre a evidenciação de um total de gastos em proteção e controle ambiental?
16	É evidenciada a antecipação, previsão ou utilização de seguro referente a gastos com questões ambientais?
17	Ocorre a avaliação de contingência e emergência ambiental?
18	É feita a análise de gastos com matéria-prima, energia e água?
19	São realizadas doações para instituições públicas/privadas ou realizados projetos destinados ao desenvolvimento social de comunidades?
20	São evidenciadas práticas da realização de um desenvolvimento sustentável?
21	Há alguma informação sobre o índice Global Reporting Initiative (GRI)?
22	Existem indicadores de sustentabilidade podendo ser econômico, ambiental e social?
23	Há informações sobre emissões atmosféricas e análise feita?
24	Existe a evidenciação de multas e processos sociais ou ambientais?
25	A empresa possui licenciamento ambiental de empreendimentos?
26	Ocorre a menção Lei Federal 9.605 conhecida como lei de crimes ambientais no relatório?
27	Ocorre algum processo de logística reversa, descarte ou destinação de efluentes e resíduos na empresa?
28	Apesar da exploração de recursos naturais é feito algum tipo de recuperação, reposição ou reciclo de recursos?
29	Há informações sobre efluentes líquidos, qualidade da água e análise feita?
30	Há informações sobre resíduos sólidos e análise feita?
31	Há informações sobre a qualidade do solo e análise feita?
32	A empresa possui objetivos e metas ambientais visando a melhoria?
33	Existe algum programa ou projeto ambiental ou social realizado?
34	Existem no relatório informações de riscos ambientais visando evidenciação do controle realizado?
35	Há informações sobre ruídos e vibrações e análise feita?
36	Existe o controle de minimização de situações de emergências ambientais?
37	Ocorrem ações corretivas e preventivas?

38	São realizados projetos que visem a qualidade de vida do ser humano?
39	Existem outros temas relacionados com a responsabilidade social e ambiental no relatório?

Fonte: Adaptado pela autora, utilizando o formulário Calixto (2009) e Macedo (1994).

Posteriormente o Quadro 2 foi utilizado e contém as empresas que disponibilizam os relatórios de sustentabilidade, e cada quesito do Quadro 3 foi verificado, de modo que se estavam contidos foram classificados com 1 e se não estavam foram classificados com 0.

Os totais de evidenciação das empresas são classificados conforme o Quadro 4, adaptado do trabalho de Silva e Avelino (2015). Diante da classificação disponibilizada por estes autores, adapta-se as definições de acordo com a pesquisa feita.

Quadro 4: Grau de evidenciação socioambiental

Categoria	Grau de evidenciação socioambiental	Definição
APRESENTADOS	Alto	Aderência Plena, quando a partir de 66,67% dos quesitos requeridos no Quadro 3 foram devidamente fornecidos pela organização.
	Médio	Aderência Parcial quando a partir de 33,33% dos quesitos e menos de 66,67% dos quesitos relacionados no Quadro 3 foram apresentados pela organização
	Baixo	Insuficientes quando as informações fornecidas pela organização estão Abaixo de 33,33% dos quesitos no relacionados no Quadro 3.

Fonte: Base para Classificação das Informações, adaptado pela autora, utilizando o formulário de Silva e Avelino (2015)

Caso a empresa estudada apresentasse a partir de 66,67% dos quesitos ou mais relacionados no Quadro 4, ela obteria classificação de alto grau de evidenciação socioambiental. Utiliza-se a definição de aderência plena quando quesitos requeridos no Quadro 3 se encontram devidamente fornecidos pela organização

A empresa estudada que apresentou, a partir de 33,33% dos quesitos e menos de 66,67% dos quesitos relacionados no Quadro 3, obteve a classificação de médio grau de evidenciação socioambiental para identificação da definição aderência parcial.

A empresa que apresentou, abaixo de 33,33% dos quesitos relacionados no Quadro 3, obteve a classificação de baixo grau de evidenciação socioambiental e a identificação da definição de Insuficiência, quando a organização forneceu informações insuficientes para os investidores.

Finalmente, na seção de análise e discussão dos resultados, serão disponibilizados os resultados de cada empresa e seu percentual de acordo com o total, e serão realizadas comparações entre os resultados encontrados.

A referida análise foi efetuada ano a ano, para aquelas empresas que possuem relatórios nos três períodos, possibilitando assim acompanhar a evolução na evidenciação dos itens de empresa a empresa, bem como do setor como um todo. As demais terão analisadas apenas os relatórios publicados.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A ausência de relatórios de algumas empresas em alguns períodos torna-se um limitador da pesquisa, pois torna-se impossível fazer uma comparação plena da empresa em relação a ela mesma, e termina por interferir nas médias de evidenciação anuais.

Também deve-se considerar como uma limitação da pesquisa, o fato de que para obter as informações analisadas, foi necessário esquadrihar os itens nos relatórios e analisar o contexto do relatório, significando que pode abranger o viés da autora, na análise de que, se o relatório continha ou não o quesito em estudo.

Outro limitador foi a utilização do enquadramento da Económica nos respectivos setores, para seleção das empresas do setor de materiais básicos, uma vez que, pode ter havido empresas listadas na BM&F Bovespa que ainda não estavam com as informações disponíveis na base de dados, ou estavam em setores distintos ao de materiais básicos.

Mais um fator limitante foi o número reduzido da amostra final, que consentiu em avaliar as implicações para a amostra analisada somente e não um universo de mais empresas, que poderiam ter sido analisadas, mas não se encontravam nos parâmetros propostos desse estudo.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como resultado inicial, observa-se que somente 13 empresas brasileiras, do setor escolhido, publicam em seus sítios relatórios de sustentabilidade, totalizando 27% das 48 empresas do setor de materiais básicos classificados como tendo altos níveis de poluição durante os anos de 2013, 2014 e 2015.

Anualmente, através de uma análise da elaboração e publicação de relatórios pelas empresas do estudo, constata-se que em 2013 9 empresas – totalizando 19% – publicaram relatórios socioambientais; em 2014, 10 empresas – totalizando 21% – emitiram seus relatórios e em 2015 foram apenas 8 empresas – totalizando 17% – que publicaram seus relatórios de informações socioambientais.

Este primeiro resultado corrobora com Gonçalves e Ott (2002), que afirmam que os gastos gerados para originar essas informações adicionais ocasionalmente serão superiores e por isso são gerados menos de 30% dos relatórios de sustentabilidade no setor de materiais básicos, que em contraposição deveria ter mais relatórios gerados por se tratarem de empresas com altos índices de emissão e poluentes.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TRINTA E NOVE QUESITOS ELENCADOS NOS RELATÓRIOS

Observa-se como resultado geral sobre declaração, existência ou preocupação com a evidenciação de informações sociais e ambientais nas empresas, a anuência durante os anos analisados de 2013, 2014 e 2015 que 100% das empresas o fizeram. Desse modo, pode-se observar que os relatórios de sustentabilidade estão atendendo plenamente ao primeiro quesito analisado. Pode-se voltar ao estudo de Calixto (2009), que remetia à necessidade de que a sociedade tomasse conhecimento, por meio do *disclosure* voluntário, das ações tomadas em contrapartida à preocupação com o meio ambiente.

Quanto à apresentação de políticas ambientais nos relatórios de sustentabilidade apresentados, em 2013 e 2014 o índice foi de 100% nas empresas que apresentaram os relatórios, já em 2015 oito empresas apresentaram seus relatórios, o que representa 88% do número total passível de análise. Percebe-se então, um decréscimo de 12 p.p. no último ano estudado, em relação aos dois anos anteriores.

A apresentação de certificação ambiental ISO em nove empresas estudadas no ano de 2013, foi de 78%. Nas 10 empresas analisadas no ano de 2014 foi de 70%, e em 8 empresas no ano de 2015 foi de 75%. Tal análise percentual abrange uma variação diminutiva de 8 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 5 p.p. de aumento do segundo para o terceiro ano, totalizando 3 p.p. de variação durante todo o período analisado.

Quanto ao monitoramento e controle das políticas ambientais, o reconhecimento do quesito em nove empresas em 2013, resultou em 78% de índice percentual. Em dez empresas que apresentaram relatórios no ano de 2014, o valor foi de 90% de concordância ao quesito, e em 2015 totalizou-se 100% nas oito empresas estudadas. Verifica-se uma variação aumentativa de 12 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 10 p.p. de aumento do segundo para o terceiro ano, totalizando 22 p.p. de variação durante o período estudado.

Sobre os padrões ambientais estabelecidos, em 2013 resultaram em 78% de assentimento; em 2014 obtiveram 90%, e 2015 totalizaram 88% desse quesito, compreende-se uma variação aumentativa de 12 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 2 p.p. de redução do segundo para o terceiro ano, totalizando 10 p.p. de variação durante o estudo.

Diante do quesito “comparação de desempenho ambiental versus padrão estabelecido ou versus anos anteriores” houve a evidenciação em 2013 de 78% de informação, em 2014 de 90% de publicação e em 2015 o percentual se reduziu para 75%, abrange-se uma variação aumentativa de 12 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 15 p.p. de redução do segundo para o terceiro ano.

Em relação à realização de treinamentos ambientais a evidenciação de em 2013 nas nove empresas resultaram em 78% de publicações, em 2014 e divulgação ocorreu em 90% dos casos e em 2015 a adesão decresceu a 75% dos relatórios de sustentabilidade, verifica-se uma variação aumentativa de 12 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 15 p.p. de redução do segundo para o terceiro ano.

Referente ao reconhecimento das regulamentações em 2013 houve o reconhecimento do quesito em 100% de relatórios, em 2014 houve a adesão de 100%, em 2015 houve a aceitação de 88% de relatórios com o quesito em seu texto. Verifica-se uma variação diminutiva de 12 p.p. do primeiro e segundo para o terceiro ano.

Quanto à presença de uma gerência ambiental ou de sustentabilidade, em 2013 houve a anuência de 78% nos relatórios, em 2014 houve o assentimento de 78% e em 2015 houve o reconhecimento de 100% de quesito, averígua-se uma variação aumentativa de 22 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Sobre o quesito de reconhecimento dos impactos ambientais da atividade em 2013, obteve-se o índice de 89% de relatórios com o quesito observado, em 2014 houve a assentimento de 100%, bem como em 2015 se manteve o percentual de 100% de relatórios com o quesito. Constata-se, dessa forma, um acréscimo de 11 p.p. do primeiro para o segundo ano, com manutenção no terceiro.

Diante do quesito sobre a existência de um sistema de gestão ambiental ou sustentabilidade, em 2013 apresentaram 78% de informação, em 2014 a anuência foi de 100% e em 2015 o percentual se reduziu para 75% de evidenciação em seus relatórios, verificando-se uma variação aumentativa de 22 p.p. do primeiro para o segundo e do segundo para o terceiro ano de 25 p.p. de redução.

Em relação à realização de algum programa de restauração, reabilitação, reflorestamento ou reuso de afirmação de informações, em 2013 resultaram em 78% de publicações, em 2014 e divulgação ocorreu em 70% dos casos e em 2015 o índice decresceu a 75% dos relatórios. Examina-se uma variação aumentativa de 8 p.p. do primeiro para o segundo e de 5 p.p. de redução segundo para o terceiro ano.

Referente à reciclagem de matéria prima utilizada, em 2013 houve a anuência de 89% de relatórios com o quesito observado, em 2014 um total 100% e em 2015 houve o reconhecimento em 88% de relatórios. Constata-se um acréscimo de 11 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 12 p.p. de redução segundo para o terceiro ano.

Sobre o quesito de auditoria ambiental ou social realizado, em 2013 houve a anuência de 44% de relatórios com o quesito observado, em 2014 com 50% e em 2015 houve o reconhecimento do quesito em 88% dos relatórios. Verifica-se um acréscimo de 6 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 38 p.p. de aumento segundo para o terceiro ano. Percebe-se que este quesito passa a ter uma tendência crescente de evidenciação.

Diante do quesito sobre evidenciação do total de gastos em proteção e controle ambiental, em 2013 divulgaram 89% de informação, em 2014 de 90% de publicação e em 2015 o percentual se reduziu para 88 p.p. de evidenciação em seus relatórios.

Em relação à afirmação de antecipação, previsão ou utilização de seguro referente a gastos com questões ambientais, as evidenciações em 2013 resultaram em 44% de publicações, em 2014 e divulgação em 60% e em 2015 a publicação decresceu a 50%. Logo, constata-se um aumento do primeiro para o terceiro ano de 16 p.p. Contudo, havia em 2014 uma maior evidenciação do quesito.

Diante do item sobre a avaliação de contingência e emergência ambiental, em 2013 divulgaram 78% de informação, em 2014 a adesão de 80% de publicação e em 2015 o percentual decresceu para 75% de evidenciação em seus relatórios logo uma redução do primeiro para o terceiro ano de 3 p.p.

Sobre o quesito de realização de análise de gastos com matéria-prima e energia, em 2013 houve o reconhecimento do quesito em 100% de relatórios, em 2014 há uma queda e passa a ser evidenciado em 90% de relatórios com o quesito, e em 2015 resultando em 75% de relatórios com o quesito em seu texto, a seguir uma redução do primeiro para o terceiro ano de 25 p.p.

O total de afirmação ao que se refere à realização de doações para instituições públicas/privadas, ou realizações de projetos destinados ao desenvolvimento social de comunidades, em 2013 foi de 100%, em 2014 foi de 90% e em 2015 foi de 100%, que reflete numa preocupação com as comunidades nas quais as empresas estão inseridas.

Observava-se como resultado geral sobre evidenciação de práticas da realização de um desenvolvimento sustentável nas empresas, a ocorrência do índice em 2013 de 100%, em 2014 a anuência foi de 100% e em 2015 foi 88%. Portanto, destaca-se uma redução do primeiro para o terceiro ano de 12 p.p.

Sobre o quesito de utilização do índice *Global Reporting Initiative* (GRI), em 2013 houve a anuência de 78% de relatórios com o quesito observado, em 2014 com 100% e em 2015 com 88% de relatórios com o quesito em seu texto, verificando-se uma variação aumentativa de 22% do primeiro para o segundo e do segundo para o terceiro ano de 12 p.p. de redução.

Diante do quesito sobre a utilização de indicadores de sustentabilidade – podendo ser econômico, ambiental e social – em 2013 divulgaram 100% de informação, em 2014 a anuência das 10 empresas foi de 100% de publicação quanto ao item estudado e em 2015 o percentual decresceu 12 p.p. partindo para 88% de evidenciação em seus relatórios.

Acerca do quesito referente à existência de informações sobre emissões atmosféricas e análises feitas, em 2013 houve o assentimento de 89% de relatórios, em 2014 totalizando em 90% de relatórios e em 2015 resultando em 90% de relatórios com o quesito observado em seu texto.

O total de evidenciação de multas e processos sociais ou ambientais das empresas em 2013 foi de 78%, em 2014 foi de 80% e no ano de 2015 foi de 63%, de forma que verifica-se um decréscimo de 17 p.p. do segundo para o terceiro ano.

Sobre o item da posse de licenciamento ambiental por parte da empresa, em 2013 houve a anuência de 56% de relatórios com o quesito observado, em 2014 com 70% de relatórios e em 2015 houve a 88% de relatórios com o quesito em seu texto constata-se um acréscimo de 32 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Verifica-se como resultado geral sobre ocorrência a menção da Lei Federal 9.605 conhecida como lei de crimes ambientais, em 2013 a adesão foi de 11%, em 2014 foi de 10% e a anuência em 2015 foi 0%. Observa-se que os relatórios de sustentabilidade não estão atendendo satisfatoriamente o quesito analisado, sendo então o item de menor divulgação.

Em relação à ocorrência de algum processo de logística reversa, descarte ou destinação de efluentes e resíduos, a afirmação de informações totalizou em 2013 o índice de 67% em publicações, em 2014 ocorreu em 80% dos casos e em 2015 a adesão à publicação decresceu a 75% nos relatórios de sustentabilidade. Compreende-se uma variação aumentativa de 13 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 5 p.p. de redução do segundo para o terceiro ano.

Acerca do item que lida com a exploração de recursos naturais e suas possíveis medidas de reparação, reposição ou de reciclagem de recursos, em 2013 houve o assentimento de 89% de relatórios com o quesito, em 2014 obteve-se 90% de ocorrências em relatórios e em 2015 atingiu 100% de índice percentual, compreendendo uma variação aumentativa de 11 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Em relação à evidenciação de informações sobre efluentes líquidos, qualidade da água e análise feita à afirmação de informações, totalizou-se 89% de publicações em 2013, em 2014 ocorreu-se em 90% dos casos e em 2015 o índice ascendeu a 100%, abrangendo uma variação aumentativa de 10 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

O total de afirmação ao que se refere a informações sobre resíduos sólidos e análise feita, em 2013 foi de 100%, em 2014 foi de 100% e em 2015 foi de 100%, nos relatórios de sustentabilidade.

Em relação às informações sobre a qualidade do solo e análises feitas em 2013 foi de 56% de publicações, em 2014 de 60% dos casos e em 2015 decresceu a 50% dos relatórios de sustentabilidade, o índice ascendeu 4 p.p., depois reduziu de 6 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Quanto ao quesito sobre objetivos e metas ambientais visando a melhoria, em 2013 houve o assentimento de 89% de relatórios com o quesito, em 2014 resultando em 90%

e em 2015 houve o alcance da marca de 100% de relatórios com o quesito observado em seu texto, envolvendo um aumento de 11 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Verificam-se como resultados gerais sobre ocorrência de programas ou projetos ambientais e/ou sociais realizados, a adesão de 100% nos anos de 2013, 2014 e 2015. Observa-se que os relatórios de sustentabilidade, portanto atenderam satisfatoriamente o quesito analisado.

Em relação à existência no relatório de informações de riscos ambientais visando evidenciação do controle realizado, a afirmação de informações totalizou, em 2013 89% de publicações, ao passo que em 2014 a divulgação ocorreu em 100% dos casos e em 2015 permaneceu em 100%, abarcando um aumento de 11 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Sobre o quesito da existência de informações sobre ruídos e vibrações e análises feitas, em 2013 houve a aceitação de 44% de relatórios com o quesito observado, em 2014 a adesão foi de 40% e em 2015 houve a anuência de 25% de relatórios com o item em seu texto. Compreende-se dessa forma uma de redução de 4 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 15 p.p. de redução do segundo para o terceiro ano, totalizando 19 p.p. de variação durante o estudo.

O total de afirmação no que se refere ao controle de minimização de situações de emergências ambientais, obteve em 2013 o índice de 67%, em 2014 de 90% e no ano de 2015 atingiu a marca de 75% nos relatórios de sustentabilidade. Compreende-se dessa forma um aumento de 23 p.p. do primeiro para o segundo ano e de 15 p.p. de redução do segundo para o terceiro ano.

Diante do quesito sobre a ocorrência de ações corretivas e preventivas, em 2013 divulgaram 89% de informação, em 2014 a anuência foi de 80% de publicações e em 2015 o percentual cresceu para 100% de evidenciação em seus relatórios. Tais taxas abrangem um aumento de 20 p.p. do segundo para o terceiro ano.

Acerca do quesito sobre a realização de projetos que visem a qualidade de vida do ser humano, em 2013 houve o assentimento de 100% de relatórios, em 2014 resultando em 90% e em 2015 houve o assentimento em 75% de relatórios. Nota-se uma redução de 25 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Quanto ao quesito sobre a existência de outros temas relacionados com a responsabilidade social e ambiental no relatório, em 2013 houve ocorrência em 89% dos relatórios, em 2014 deu-se um aumento resultando em 100%, valor mantido em 2015. Afer-se um aumento de 11 p.p. do primeiro para o terceiro ano.

Pode-se destacar como resultado deste estudo que os quesitos que mais foram abordados, aparecendo em 100% dos relatórios de sustentabilidade de 2013, foram os que abarcaram os seguintes temas: o respeito da declaração; existência ou preocupação com a evidenciação de informações sociais e ambientais; o que indicava a existência de informações sobre políticas ambientais da empresa; o que relatava informações sobre o reconhecimento das regulamentações ambientais; o que questionava se era feita a análise de gastos com matéria-prima, energia e água; o que verificava se foram realizadas doações para instituições públicas/privadas destinadas ao desenvolvimento social de comunidades; o que informava se foram evidenciadas práticas da realização de um desenvolvimento sustentável; o que expunha sobre a existência de indicadores de sustentabilidade podendo ser econômico, ambiental e social; o que relatava acerca da existência de informações sobre resíduos sólidos e de análises feitas; o que discorria sobre a existência de algum programa ou projeto ambiental ou social realizado; o que apresentava a realização de projetos que visavam a qualidade de vida do ser humano.

Entende-se, portanto, que esses foram os quesitos essenciais para as empresas que apresentaram os relatórios de sustentabilidade no exercício de 2013.

Em contrapartida, os quesitos que menos foram evidenciados nos relatórios de sustentabilidade de 2013, destacam-se os que discorriam acerca de: realização de auditoria ambiental ou social; o que questionava se foi evidenciada a antecipação, previsão ou utilização de seguro referente a gastos com questões ambientais; o que verificava se a empresa possuía licenciamento ambiental de empreendimentos; o que exibia no relatório alguma menção sobre a Lei Federal 9.605, conhecida como lei de crimes ambientais; o que expunha a existência de informações sobre a qualidade do solo e análise feita e o que questionava se havia informações sobre ruídos e vibrações e análise feita.

Compete-nos apresentar os quesitos que mais foram abordados nos relatórios de sustentabilidade de 2014: o que acenava a respeito da declaração, existência ou preocupação com a evidenciação de informações sociais e ambientais; o que expunha sobre a existência de informações sobre políticas ambientais da empresa; o que apresentava informações sobre o reconhecimento das regulamentações ambientais; o que tratava sobre a presença de uma gerência ambiental ou de sustentabilidade na empresa; o que relatava se fora realizado o reconhecimento dos impactos ambientais da atividade; o que verificava se a empresa incluía a presença de um sistema de gestão ambiental ou sustentabilidade; o que relatava sobre a existência de informações de reciclagem de matéria prima utilizada; o que questionava se

eram feitas práticas de desenvolvimento sustentável; o que expunha a existência de informações sobre o índice *Global Reporting Initiative* (GRI); o que aludia a respeito de indicadores de sustentabilidade, podendo ser econômicos, ambientais e sociais; o que relatava sobre informações acerca de resíduos sólidos e de análise feita; o que questionava se era realizado algum programa ou projeto ambiental ou social; o que relatava sobre a existência de informações de riscos ambientais visando evidenciação do controle realizado; o que aludia a respeito da existência de outros temas relacionados com a responsabilidade social e ambiental no relatório. Observa-se que os números de quesitos que abrangeram um acréscimo de itens antes eram dez e nesse ano de 2014 foram quatorze, portanto, foram identificados mais quesitos essenciais agregados aos relatórios.

Em contrapeso, os quesitos que menos foram evidenciados nos relatórios de sustentabilidade de 2014, com menos de 60% de evidenciação, temos o que discorria acerca da realização de auditoria ambiental ou social; o que verificava se a empresa fazia menção no relatório à Lei Federal 9.605; o que expunha a existência de informações sobre ruídos e vibrações e análise feita. Percebe-se também um decréscimo de itens com baixa evidenciação nos relatórios, antes eram seis e nesse ano foram somente três.

Torna-se possível evidenciar os quesitos que mais foram abordados, constando em 100% dos relatórios de sustentabilidade de 2015: o que aludia a respeito da declaração, existência ou preocupação com a evidenciação de informações sociais e ambientais; o que expunha sobre a existência de informações sobre monitoramento e controle das políticas ambientais estabelecidas; o que questionava se haviam relatos sobre o reconhecimento dos impactos ambientais da atividade; o que discorria sobre a existência da presença de um sistema de gestão ambiental ou sustentabilidade; o que trata acerca da realização de doações para instituições públicas/privadas ou da realização de projetos destinados ao desenvolvimento social de comunidades; o que relatava sobre a existência de informações sobre emissões atmosféricas e análise feita; o que questionava se apesar da exploração de recursos naturais foi feito algum tipo de recuperação, reposição ou reciclo de recursos; o que aludia a respeito da existência de informações sobre efluentes líquidos, qualidade da água e análise feita; o que exibia sobre a existência de informações sobre resíduos sólidos e análise feita; o que indicava a existência de informações acerca da existência de objetivos e metas ambientais por parte da empresa visando a otimização; o que apresentava a realização de algum programa ou projeto ambiental ou social realizado; o que exibia sobre a existência de informações de riscos ambientais visando evidenciação do controle realizado; o que

questionava se ocorriam ações corretivas e preventivas; o que relatava sobre outros temas relacionados com a responsabilidade social e ambiental no relatório. Ressalta-se o mesmo número de itens do *checklist* de 2014, logo 14 quesitos são tidos como essenciais.

Em contraposição, os quesitos que menos foram evidenciados nos relatórios de sustentabilidade de 2015, com menos de 60% de evidenciação, temos o que relatava se foi evidenciada a antecipação, previsão ou utilização de seguro referente a gastos com questões ambientais, o que novamente evidenciou a existência de informações sobre a Lei Federal 9.605; o que questionava sobre a qualidade do solo e análise feita; e o que verificava se a empresa exibia informações sobre ruídos e vibrações e análise feita. Verifica-se como resultado, que em 2015, que os quatro itens acima foram os menos evidenciados nos relatórios de sustentabilidade.

4.2 ANÁLISE POR EMPRESAS DURANTE OS ANOS ESTUDADOS

A média de adesão referente aos trinta e nove quesitos pesquisados, nos relatórios de sustentabilidade de 2013, 2014 e 2015, na empresa Vale, foram repetidamente 95% nos três anos estudados, logo, de acordo com a metodologia utilizada para averiguar o *checklist*, conclui-se que o grau de evidenciação socioambiental foi alto e constante. Desse modo, obteve-se a aderência plena, visto que, apura-se estar entre a margem de 100% a 66,66% de quesitos verificados, observáveis no quadro 4, possibilitando à empresa atingir o patamar da maior parte dos relatórios estudados com mais de 83% de evidenciação socioambiental.

A média de acessão referente aos trinta e nove quesitos averiguados, nos relatórios de sustentabilidade de 2013, 2014 e 2015, na empresa Eternit foi de 92%, sendo que nos três anos estudados o valor esteve reciprocamente em 95%, 97% ,85%. Dessa forma, de acordo com a metodologia utilizada, conclui-se que o grau de evidenciação socioambiental foi alto e parcialmente constante, visto que houve uma pequena variação aumentativa de 2 p.p. do primeiro para o segundo ano estudado e um decréscimo mais relevante de 12 p.p. de 2014 para 2015.

A empresa Forja Taurus, por realizar singularmente um relatório de sustentabilidade em 2013, com adesão de somente 36%, obteve como resultado o grau de evidenciação socioambiental médio, obtendo assim a aderência parcial.

A empresa Paranapanema promoveu somente um relatório de sustentabilidade no ano de 2013, com adesão de somente 59% e atingiu como resultado o médio grau de evidência socioambiental, assim obtendo a aderência plena.

A empresa Usiminas elaborou um único relatório de sustentabilidade, apenas no ano de 2015, com adesão de somente 77% e obteve como resultado o alto grau de evidência socioambiental, assim obteve a aderência plena.

A apresentação dos trinta e nove quesitos pesquisados, nos relatórios de sustentabilidade de 2013 e 2014 na empresa Bombril, foram respectivamente 79% e 67% nos dois anos estudados. Dessa forma, de acordo com a metodologia utilizada para verificar o *checklist*, conclui-se que o grau de evidência socioambiental foi alto, já que a média obtida foi de 73%.

A publicação de dois relatórios de sustentabilidade, sendo dos anos de 2014 e 2015, na empresa Braskem, decorreu em uma média de 93,5%, com adesão de 92% em 2014 e 95% em 2015 e de acordo com a metodologia utilizada, constata-se que o grau de evidência socioambiental foi alto e parcialmente constante, visto que houve uma pequena variação aumentativa de 3 p.p. do primeiro para o segundo ano estudado, assim obtendo a aderência plena.

A média de concordância referente aos trinta e nove quesitos averiguados, nos relatórios de sustentabilidade de 2013, 2014 e 2015, na empresa Elekeiroz foi de 82% sendo que, respectivamente o índice foi de 87%, 79%, 79% nos três anos estudados. Pode-se constatar, de acordo com a metodologia utilizada, que o grau de evidência socioambiental foi alto e parcialmente constante, uma vez que houve um pequeno decréscimo de 8 p.p. do primeiro para o segundo ano estudado e o valor resultante permaneceu equânime de 2014 para 2015, assim atingindo a aderência plena.

A média de aferição dos trinta e nove quesitos estudados nos relatórios de sustentabilidade de 2013, 2014 e 2015 na empresa Fer Heringer foi de 81%, sendo que nos três anos estudados os índices foram respectivamente de 90%, 85%, 69%, e de acordo com a metodologia utilizada, conclui-se que o grau de evidência socioambiental foi alto e parcialmente constante, visto que houve um pequeno decréscimo de 5% do primeiro para o segundo ano estudado e relevante decréscimo de 15 p.p. o segundo para o terceiro ano, e do primeiro o terceiro ano um significativo decréscimo de 21 p.p., assim obteve a aderência plena.

A realização de dois relatórios de sustentabilidade de 2014 e 2015, da empresa Ourofino S/A decorreu em uma média de 82%, com adesão de 87% em 2014 e 77% em 2015. Utilizando a metodologia empregada, apura-se que o grau de evidenciação socioambiental foi alto e decrescente, pois houve 10 p.p. de variação do primeiro para o segundo ano estudado, assim obteve a aderência plena.

A empresa OGX Petróleo, por realizar singularmente um único relatório de sustentabilidade em 2014, com adesão de 64%, obteve como resultado o grau de evidenciação socioambiental médio, assim obtendo a aderência plena.

A apresentação dos trinta e nove quesitos pesquisados, nos relatórios de sustentabilidade de 2014 e 2015 na empresa Petrobras, foram reciprocamente 97% e 95% nos dois anos estudados, portanto, de acordo com a metodologia utilizada para verificar o *checklist*, conclui-se que o grau de evidenciação socioambiental foi alto, já que a média obtida foi de 96%, assim atingindo o grau de aderência plena.

A média de aferição dos trinta e nove quesitos estudados, nos relatórios de sustentabilidade de 2013, 2014 e 2015, na empresa Qgep Part foi de 85% sendo que, respectivamente foi de 85%, 90%, 82% nos três anos estudados. De acordo com a metodologia utilizada, conclui-se que o grau de evidenciação socioambiental foi alto e parcialmente constante, visto que houve um pequeno aumento de 5 p.p. do primeiro para o segundo ano estudado e relevante decréscimo de 8 p.p. do segundo para o terceiro ano, e do primeiro ao terceiro ano um inócuo decréscimo de 2 p.p., conseguindo a aderência plena.

TABELA 1: Percentual de evidência socioambiental.

Grau de evidência socioambiental	Definição	Parâmetros em percentuais	Amostra	Percentual de evidência socioambiental em 2013	Percentual de evidência socioambiental 2014	Percentual de evidência socioambiental 2015	Média de percentual de evidência socioambiental
Alto	Aderência Plena	De 100% a 66,67%	Vale	95%	95%	95%	95%
			Eternit	95%	97%	85%	92%
			Usiminas	-	-	77%	77%
			Bombril	79%	67%	-	73%
			Braskem	92%	95%	-	94%
			Elekeiroz	87%	79%	79%	82%
			Fer Heringer	90%	85%	69%	81%
			Ourofino S/A	-	87%	77%	82%
			OGX Petroleo	-	64%	-	64%
			Petrobras	97%	95%	-	96%
			Qgep Part	85%	90%	82%	85%
Médio	Aderência Parcial	De 66,67% a 33,33%	Forja Taurus	36%	-	-	36%
			Paranapanema	59%	-	-	59%
Baixo	Insuficientes, de 33,33% a 0%	De 33,33% a 0%.	-	-	-	-	-
Total das Médias				82%	85%	81%	83%

Estudando anualmente, verificou-se a média da adesão de evidência socioambiental em 2013 – dos trinta e nove quesitos – nas nove empresas e nos nove relatórios de sustentabilidade, e chegou-se ao índice de 82%. Logo, de acordo com a metodologia usada para realização da pesquisa, conclui-se que o grau de evidência socioambiental foi alto, alcançaram a aderência plena em 2013.

Em relação a 2014, a média nas dez empresas e nos dez relatórios de sustentabilidade analisados, foi de 85%, obteve então a aderência plena.

No ano de 2015 a média da adesão de evidência socioambiental, nas oito empresas e nos oito relatórios de sustentabilidade considerados, foi de 81% e durante o ano as empresas alcançaram a aderência plena.

4.3 RANKING DE EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Como resultado da pesquisa obteve-se os números da tabela 2 abaixo, o qual demonstra de forma clara o percentual de cada ano da evidenciação socioambiental e a média das empresas por ano, observa-se que onze das treze empresas estudadas, totalizando 85%, obtiveram grau de evidenciação socioambiental alto e, portanto, aderência plena ao *checklist* verificado na pesquisa, e somente 15%, ou duas das treze, empresas estudadas, logo a aderência parcial.

Analisando por fim, a média total da adesão dos trinta e nove quesitos, nas treze empresas e nos vinte e sete relatórios de sustentabilidade estudados durante os anos de 2013, 2014 e 2015, foi de 83%. De acordo com a metodologia abarcada para concretizar a pesquisa, o resultado obtido indica que o grau de evidenciação socioambiental foi alto e as organizações totalizaram a aderência plena durante o período.

Como resultado complementar, verifica-se que não houve nenhuma empresa da amostra estudada que ficasse com menos de 33,33% dos quesitos apresentados em seus relatórios de sustentabilidade. Com isso, pode-se observar que as organizações buscam evidenciar de forma completa ou parcial suas operações no setor de materiais básicos.

TABELA 2: Ranking de evidenciação socioambiental.

Ranking	Amostra	Média de percentual de evidenciação socioambiental
1°	Petrobras	96%
2°	Vale	95%
3°	Braskem	94%
4°	Eternit	92%
5°	Qgep Part	85%
6°	Ourofino S/A	82%
7°	Elekeiroz	82%
8°	Fer Heringer	81%
9°	Usiminas	77%
10°	Bombril	73%
11°	OGX Petróleo	64%
12°	Parapanema	59%
13°	Forja Taurus	36%

Na tabela 2 acima é reportado o ranking de evidenciação socioambiental criado a partir da tabela 1, no qual classificam-se as empresas segundo as médias das evidenciações

dos anos estudados, verifica-se que os relatórios de sustentabilidade mais completos são os da Petrobras em primeiro lugar, em segundo a Vale e em terceiro a Braskem, sendo as duas primeiras empresas brasileiras e a terceira pertencente ao grupo Odebrecht. Logo, pode-se constatar como elas tendem a buscar a evidenciação de forma completa e abrangente. Observa-se que as empresas que menos buscam a evidenciação completa são a Forja Taurus, a Paranapanema e a OGX Petróleo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi verificar o nível de evidenciação socioambiental de empresas do setor de materiais básicos que constam no sítio da BM&FBOVESPA e possuem em seus *websites* relatórios de sustentabilidade. Para o atendimento dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade, delimitou-se a população a ser analisada e posteriormente a amostra a ser estudada e, por fim, após elaborar um *checklist*, definiu-se os níveis de evidenciação socioambiental de acordo com a tabela 1.

Criou-se um ranking, com os resultados obtidos por meio da análise dos relatórios das empresas, o que resultou em uma classificação. Nela pode-se observar que as empresas mais renomadas do Brasil detêm maior disposição no ranking, visão estrategista, e visam não causar impactos ambientais, conduzindo e controlando de forma eficiente suas operações, de modo a implementar uma forma de prestação de contas à sociedade, com a utilização dos relatórios de sustentabilidade completos.

Verifica-se em muitas delas, a utilização da governança corporativa e o marketing ambiental como instrumentos de busca pela legitimidade e potencializando a continuidade empresarial. A administração dos recursos e tomadas de decisões com intenção de suprir as necessidades informacionais dos grupos interessados nas empresas, também podem ser notadas.

A utilidade da pesquisa foi sensata, porquanto prontamente observa-se no estudo que o detalhamento de informações foi utilizado como ferramenta institucional para tomada de decisões estratégicas, que permitissem ao leitor uma visão global da situação empresarial e sua necessidade de controle organizacional, com vistas na regulamentação dos padrões socioambientais.

A avaliação dos riscos e potencialidades, também foi feita de forma transparente, com a evidenciação de multas e processos decorrentes das infrações ambientais causadas a sociedade, e a busca por ética e realização de projetos para melhoria das comunidades afetadas também foi realizada na maioria das organizações, mesmo sabendo-se que a necessidade de lucro é o maior objetivo das empresas.

A adesão por políticas que reduzissem a emissão de poluentes e primassem pela reciclagem de materiais ou logística reversa, foi identificada no estudo. Tal resultado verificou-se através da utilização de processos tecnológicos atuais de gestão ambiental e a

divulgação das práticas, objetivos e metas empresariais, isso gera um aprendizado socioambiental, para aplicação empírica da contabilidade na busca por melhoria contínua.

A evidenciação voluntária mostra ainda o desenvolvimento organizacional mais evoluído, perante as necessidades atuais e diante das incertezas do mercado mundial, ajudando na análise e avaliação dos interessados, suplementando informações para sua sobrevivência no mercado e se adequando às pressões sociais.

Após observar os resultados obtidos, temos os itens mais evidenciados pelas empresas, que são os que têm maior relevância para que a sociedade os conheça, na perspectiva empresarial. Portanto, verifica-se a necessidade da padronização destes relatórios, de forma a conduzir transparentemente as operações, aumentar a confiança e melhorar a regulamentação contábil.

Treze empresas no Brasil produziram relatórios de sustentabilidade, o que totaliza 27% de um universo de quarenta e oito empresas do setor de materiais básicos no Brasil. A voluntariedade destas na divulgação de seus relatórios, em detrimento aos altos níveis de poluição, denota uma pertinência da medida, cuja média resultante de adesão das empresas chega a 83% dos quesitos do *checklist* total de vinte e sete relatórios de sustentabilidade analisados durante os anos de 2013, 2014 e 2015.

O desenvolvimento destes relatórios no Brasil se faz necessário para o aumento da confiabilidade nos negócios nacionais e, como constatou-se a pouca adesão ao *disclosure* voluntário, vê-se que é imperativo a criação de uma regulamentação que encoraje a realização destes relatórios no país. Tal medida beneficiaria tanto as empresas, que tenderiam a divulgar informações que poderiam influenciar positivamente os interessados e também a sociedade que teria prontamente as informações para análise e tomada de decisões.

Apesar dos custos na geração e controle dessas informações, as empresas do setor de materiais básicos são as que mais carecem de apresentar esses relatórios, pois são as que mais afetam a sociedade com a emissão de poluentes sólidos, líquidos e gasosos.

Nas empresas que apresentam os relatórios integrantes da amostra, os resultados indicam que as organizações estudadas buscam apresentar os relatórios de forma completa e abrangente, de forma a maximizar as informações para os *stakeholders* e legitimar as relações com a sociedade onde estão inseridas, visando se manterem no mercado com competitividade e solidez.

Contudo, os resultados identificados são pertinentes somente para a amostra estudada, não podendo incluir todas as demais empresas da BM&FBOVESPA, ou mesmo

aquelas que são do setor de materiais básicos e fazem parte da população a ser estudada, mas não apresentaram os relatórios de sustentabilidade dos anos pesquisados.

Como sugestão de pesquisas futuras indica-se analisar os relatórios de sustentabilidade de outros setores, aos quais venham contribuir para o conhecimento da comunidade acadêmica, visando abranger mais empresas, buscando-se reduzir as limitações desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, V. M. R.; FREIRE, I. M; MENDES, T. C. M. Demanda de informação pelo setor industrial: dois estudos no intervalo de 25 anos. **Ciência da Informação**, v. 26, n. 3, p. 283-289, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000300009. Acesso em: 17 abr. 2016.

ARGENTA, D. O. F. Alternativas de melhoria no processo produtivo do setor moveleiro de Santa Maria/RS: Impactos Ambientais. **Originalmente apresentada como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Maria**, 2007. Disponível em: http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/12/TDE-2008-05-06T140456Z-1516/Publico/DORYARGENTA.pdf . Acesso em: 27 abr. 2016.

ASHLEY, P. A. et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. v. 153. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARBOSA, E. T. et al. Responsabilidade social como estratégia do marketing social. In: **4º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Anais**. São Paulo: USP. 2007. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos72007/673.pdf> . Acesso em: 27 abr. 2016.

BERTONCELLO, S. L. T. . A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **FACOM. Revista de Comunicação da FAAP** , v. n 17, p. 70-76, 2007. Disponível em: http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf. Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385**, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez.2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1>. Acesso em: 28 jun. 2014

BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que** dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10165.htm. Acesso em: 01 dez. 2016.

CADALFARIA J. – **O balanço social como condição necessária ao crescimento sustentável das empresas**. 2010. Disponível em: <http://www.flf.edu.br/revista-flf/monografias-contabeis/monografia-joana-paula.pdf> . Acesso em: 27 abr. 2016.

CALIXTO, L. Evidenciação socioambiental na América Latina: o diálogo com multistakeholders. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, p. 1-16. Fortaleza, 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1016/1016>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CAMARGO, R. Z. **Responsabilidade social das empresas: formações discursivas em confronto**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03122009-152336/pt-br.php>. Acesso em 17 abr. 2016.

CHO, H.; DENNIS M. O papel das divulgações ambientais como instrumentos de legitimidade: uma nota de pesquisa. In: **Contabilidade, Organizações e Sociedade**. Vol. 32, p. 639-647. 2007.

CHOU, C.; CHI, Y. **O desenvolvimento de ontologias - Baseado EPA para Representando os princípios contábeis em um componente reutilizável**. Sistemas Especialistas conhecimento com aplicativos, Taiwan, V. 37, n. 3, p. 2316 – 2323. Mar. 2010. (Tradução).

CONCEIÇÃO. A; COELHO. L.; TORRES R.; SOUSA S.; NETO. J - 2011 **A importância do sistema de gestão ambiental (SGA) - Estudo de caso na empresa grande rio Honda em Palmas–Tocantins**. Disponível em: http://www.catolica-to.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gestaoambiental/projetos2011-1/4. Acesso em: 12 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.003/2004. **Aprova a NBC T 15: Informações de natureza social e ambiental**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 25 set. 2013.

CORAZZA, R I. Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional. **Revista de Administração de Empresas (RAE-eletrônica)**, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2003. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1392&Secao=ORGANIZA&Volume=2&Numero=2 &Ano=2003>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CORREA, JULIANE CAMPOE; GONÇALVES, MARGUIT NEUMANN; CAMACHO, REINALDO RODRIGUES. **A divulgação de informações socioambientais nas DFP: Uma análise à luz da teoria da legitimidade**. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/216.pdf> . Acesso em: 20 out. 2016.

DA FROTA, D. R. S. et al. Barreiras Ao Desenvolvimento Sustentável Do Agronegócio: A Situação Da Logística Reversa De Embalagens De Produtos Agrotóxicos No Estado Do Ceará, Brasil. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 4, n. 2, p. 68-104, 2015.

DA SILVA, B. A. **Contabilidade e meio ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais**. Annablume, 2003.

DA SILVA B., J. et al. TRIDIMENSIONALIDADE DA LINGUAGEM CONTÁBIL EM PUBLICAÇÕES DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 3, p. 44-64, 2014. <http://www.furb.br/universocontabil>. Acesso em: 25 jun. 2016.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: **Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA/USP, 2004.

DE IUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. Atlas, 2010.

DE FREITAS, C. M.; PORTE, M. F. de S.; GOMEZ, C. M. Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 6, p. 503-514, 1995.

DE OLIVEIRA, R. C. **As informações contábeis referentes aos indicadores econômico-financeiros: importante conhecimento nas tomadas de decisões**. Disponível em: <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Renata-Cardoso-de-Oliveira-As-Inforna%C3%A7%C3%B5es-Cont%C3%A1beis-referentes-aos-Indicadores-Econ%C3%B4mico-Financeiros.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2016.

FARIA, A. C.; PEREIRA, R. S. Disclosure de informações socioambientais pelas maiores empresas do segmento químico e petroquímico no Brasil, a partir da NBC T-15. 33. **Anais do Enanpad**, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON235.pdf> Acesso em: 20 out. 2016.

FERRAZ, ACSL. **A responsabilidade social como estratégia empresarial de desenvolvimento**. Marília: Universidade de Marília, 2007. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp062626.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

GARCIA, R. L. M.; PELEIAS, I. R.; PETERS, M. R. S. **A Teoria da Legitimidade e as Práticas de Evidenciação da Norma ISO 14001 por Empresas Brasileiras**. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/255.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

GOMES, F. P.; ARAÚJO, R. M. de. Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. **Seminários em Administração**, v. 8, 2005. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/152.pdf> . Acesso em: 27 mai 2016.

GUIMARÃES, A. P.; SANTANA, C. M. Teorias justificativas da contabilidade social: a percepção dos discentes de cursos de Ciências Contábeis no Distrito Federal. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 1, n. 2, p. 1-21, 2007. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/7/7> Acesso em: 20 out. 2016.

GUZZO M.; MAINARDES E.; **Competências de Marketing aplicadas ao Varejo: desenvolvendo um modelo de análise**. Universidade Regional de Blumenau/Universidade da Beira Interior, PT. Disponível em: http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/1173.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.

KELSEN, H. H. Teoria pura do direito. **Trad. de João Baptista Machado**, v. 7, 1998. MACEDO, Ricardo Kohn de et al. Gestão ambiental: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas. In: **Gestão ambiental: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territorios e de unidades produtivas**. ABES, 1994.

MAGALHÃES, R. L. dos R.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, Wagner Moura. Fatores que favorecem a compreensão da extensão da divulgação sobre partes relacionadas—estudo nas companhias listadas no novo mercado da BM&FBovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 3, 2012.

MEIRELES, M. R. B; **Legitimação do poder político no Estado Moderno a partir dos conceitos de representação das teorias de Hans Kelsen e Eric Voegelin** - Trabalho de Conclusão de Curso - Unidade da USP-Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - 2014. Disponível em: <http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/89/890010/tce-09062015-172906/?&lang=br> . Acesso em: 25 out. 2016.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. dos. Teoria do disclosure discricionário: evidências do mercado brasileiro no período de 2006-2008. In: **Congresso ANPCONT**, junho de. 2010.

MURCIA, F. D.; DOS SANTOS, A. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

NILSON, M.; SILVEIRA, M. L. G. DE; VICENTE, E. F. R.; PFITSHER, E. D. A. Evidenciação da logística reversa por empresas do setor de materiais básicos listadas na BM&FBOVESPA. **VIII Congresso ANPCONT**. Anais. Rio de Janeiro-RJ. 2014.

PATTEN, D. M. **Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory**. Accounting, Organizations and Society. Vol. 15, No. 5, p. 471- 475, 1992.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. de S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 21-34, 2004.

SANTIAGO, C. F. **ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES: As organizações conseguem impor seus padrões éticos aos seus fornecedores**. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k213618.pdf . Acesso em: 08 abr. 2016.

SILVA, A. HC. **Evidenciação social corporativa: estudo de caso longitudinal das empresas Petróleo Brasileiro S/A e Souza Cruz S/A**. 2003. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) —Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, D. L.; AVELINO, B. C. **Análise do Nível de Evidenciação das Informações Contábeis Ambientais e a Utilização dos Indicadores Versão G3 do GRI: uma Comparação entre Empresas Brasileiras de Setores Relacionados a Engenharia e Construção Civil**. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/18.pdf> . Acesso em: 25 mai. 2016.

SILVA, C.; TEIXEIRA, H. M.; NIYAMA, J. K. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: **6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. Iniciação científica em contabilidade. 2009. Código 305. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos92009/305.pdf> ; Acesso em: 20 maio 2016.

SOUZA, I. G. A. **Uma análise das abordagens epistemológicas e metodológicas da pesquisa contábil no programa do mestrado multistitucional em Ciências Contábeis**, dissertação. Convênio UNB, UFPB, UFPE e UFRN, 2005.

TEIXEIRA, J. PB. Implementação de um sistema de gestão ambiental à luz da produção limpa: o caso da HJ Bahia. **Monography—Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador**, 2006. Disponível em:
http://teclim.ufba.br/site/material_online/monografias/mono_joao_teixeira.pdf Acesso em: 08 set. 2016.

VITERBO JR, Ê. **Sistema integrado de gestão ambiental**. Editora Ground, 1998.
Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=8nDS2Tcgn_4C&pg=PA82&dq=a+realizar+suas+atividades+de+forma+a+n%C3%A3o+causar+grandes+impactos+ambientais&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiU64DLu8vMAhXGiZAKHft8DzoQuwUIJDAB#v=onepage&q=a%20realizar%20suas%20atividades%20de%20forma%20a%20n%C3%A3o%20causar%20grandes%20impactos%20ambientais&f=fals. Acesso em: 27 abr. 2016.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil**: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. Atlas, 2006.

ANEXOS:**Anexo 1 – Anexo III da LEI N° 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000.**anexo VIII

atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais

Código	Categoria	Descrição	Pp/gu
01	Extração e Tratamento de Minerais	- pesquisa mineral com guia de utilização; lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento; lavra subterrânea com ou sem beneficiamento, lavra garimpeira, perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural.	AAIto
02	Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.	MMédio
03	Indústria Metalúrgica	- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos, produção de fundidos de ferro e aço, forjados, arames, relaminados com ou sem tratamento; de superfície, inclusive galvanoplastia, metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro; produção de laminados, ligas, artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia; relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas, produção de soldas e anodos; metalurgia de metais preciosos; metalurgia do pó, inclusive peças moldadas; fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive; galvanoplastia, fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície.	AAIto
04	Indústria Mecânica	- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico ou de superfície.	MMédio
05	Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores, fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática; fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos.	MMédio
06	Indústria de Material de Transporte	- fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios; fabricação e montagem de aeronaves; fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes.	MMédio
07	Indústria de Madeira	- serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis.	Médio
08	Indústria de Papel e Celulose	- fabricação de celulose e pasta mecânica; fabricação de papel e papelão; fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada.	Alto
09	Indústria de Borracha	- beneficiamento de borracha natural, fabricação de câmara de ar, fabricação e acondicionamento de pneumáticos; fabricação de laminados e fios de borracha; fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha, inclusive látex.	Pequeno

10	Indústria de Couros e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	- secagem e salga de couros e peles, curtimento e outras animal e sintéticos; fabricação e acabamento de fios e tecidos; tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos; fabricação de calçados e componentes para calçados.	Alto
12	Indústria de Produtos de Matéria Plástica.	- fabricação de laminados plásticos, fabricação de artefatos de material plástico.	Pequeno
13	Indústria do Fumo	- fabricação de cigarros, charutos, cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo.	Médio
14	Indústrias Diversas	- usinas de produção de concreto e de asfalto.	Pequeno
15	Indústria Química	- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira; fabricação de combustíveis não derivados de petróleo, produção de óleos, gorduras, ceras, vegetais e animais, óleos essenciais, vegetais e produtos similares, da destilação da madeira, fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos, fabricação de pólvora, explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos; recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais; fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos; fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas; fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes; fabricação de fertilizantes e agroquímicos; fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários; fabricação de sabões, detergentes e velas; fabricação de perfumarias e cosméticos; produção de álcool etílico, metanol e similares.	Alto
16	Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	- beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares; matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal; fabricação de conservas; preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados; beneficiamento e industrialização de leite e derivados; fabricação e refinação de açúcar; refino e preparação de óleo e gorduras vegetais; produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação; fabricação de fermentos e leveduras; fabricação de rações; fabricação de vinhos e vinagre; fabricação de cervejas, chopes e maltes; fabricação de bebidas não-alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação e águas minerais; fabricação de bebidas alcoólicas.	Médio
17	Serviços de Utilidade	- produção de energia termoelétrica; tratamento e destinação de resíduos industriais líquidos e sólidos; disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens; usadas e de serviço de saúde e similares; destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas; dragagem e derrocamentos em corpos d'água; recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.	Médio
18	Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	- transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos.	Alto
19	Turismo	- complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos.	Pequeno
20	Uso de Recursos Naturais	- silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas ou geneticamente modificadas; uso da diversidade biológica pela biotecnologia.	Médio
21	(VETADO)	x	x
22	(VETADO)	x	x

34	Existem no relatório informações de riscos ambientais visando evidenciação do controle realizado?	1	1	0	1	1	1	1	1	1	89%
35	Há informações sobre ruídos e vibrações e análise feita?	1	1	0	1	0	0	0	1	0	44%
36	Existe o controle de minimização de situações de emergências ambientais?	1	0	0	0	1	1	1	1	1	67%
37	Ocorrem ações corretivas e preventivas?	1	1	1	0	1	1	1	1	1	89%
38	São realizados projetos que visem a qualidade de vida do ser humano?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
39	Existem outros temas relacionados com a responsabilidade social e ambiental no relatório?	1	1	1	1	1	1	1	1	0	89%
TOTAIS		37	37	14	23	31	34	35	38	33	80%
Percentual		95%	95%	36%	59%	79%	87%	90%	97%	85%	80%

Apêndice 2: Quadros de *Disclosure Index* referenciado 2014.

Disclosure Index 2014												
<i>Empresas com altos potenciais de emissão de poluentes.</i>		Vale	Eternit	Bombriil	Braskem	Elekeiroz	Fer Heringer	Ourofino S/A	OGX Petroleo	Petrobras	Qgep Part	Totais
Relatórios de sustentabilidade de anos apresentados		2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	
Nº	Itens verificados											
1	Constam no relatório declaração, existência ou preocupação com a evidenciação de informações sociais e ambientais?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
2	Existem informações sobre políticas ambientais da empresa?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
3	A empresa tem certificação ambiental ISO 50001, 9001, ISO 14.001, ISO 14.011, ISO14.012, ISO 14046?	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	70%
4	Constam no relatório informações sobre monitoramento e controle das políticas ambientais estabelecidas?	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	90%
5	Constam no relatório os padrões ambientais estabelecidos?	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	90%
6	Foi feita alguma comparação de desempenho ambiental versus padrão estabelecido ou versus anos anteriores?	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	90%
7	Os funcionários realizaram treinamentos ambientais?	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	90%
8	Há informações sobre o reconhecimento das regulamentações ambientais?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
9	Existe a presença de uma gerência ambiental ou de sustentabilidade na empresa?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
10	Há relatos sobre o reconhecimento dos impactos ambientais da atividade?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
11	Ocorre a presença de um sistema de gestão ambiental ou sustentabilidade?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
12	É citado que a empresa utiliza algum programa de restauração, reabilitação, reflorestamento ou reuso?	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	70%
13	É feita a reciclagem de matéria prima utilizada?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
14	Foi feita a realização de auditoria ambiental ou social?	1	1	0	0	1	0	1	0	1	0	50%
15	Ocorre a evidenciação de um total de gastos em proteção e controle ambiental?	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	90%
16	É evidenciada a antecipação, previsão ou utilização de seguro referente a gastos com questões ambientais?	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	60%
17	Ocorre a avaliação de contingência e emergência ambiental?	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	80%
18	É feita a análise de gastos com matéria-prima, energia e água?	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	90%
19	São realizadas doações para instituições públicas/privadas ou realizados projetos destinados ao desenvolvimento social de comunidades?	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	90%
20	São evidenciadas práticas da realização de um desenvolvimento sustentável?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
21	Há alguma informação sobre o índice Global Reporting Initiative (GRI)?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
22	Existem indicadores de sustentabilidade podendo ser econômico, ambiental e social?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
23	Há informações sobre emissões atmosféricas e análise feita?	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	90%
24	Existe a evidenciação de multas e processos sociais ou ambientais?	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	80%

25	A empresa possui licenciamento ambiental de empreendimentos?	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	70%
26	Ocorre a menção Lei Federal 9.605 conhecida como lei de crimes ambientais no relatório?	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	10%
27	Ocorre algum processo de logística reversa, descarte ou destinação de efluentes e resíduos na empresa?	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	80%
28	Apesar da exploração de recursos naturais é feito algum tipo de recuperação, reposição ou reciclo de recursos?	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	90%
29	Há informações sobre efluentes líquidos, qualidade da água e análise feita?	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	90%
30	Há informações sobre resíduos sólidos e análise feita?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
31	Há informações sobre a qualidade do solo e análise feita?	1	1	0	1	0	1	1	0	1	0	60%
32	A empresa possui objetivos e metas ambientais visando a melhoria?	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	90%
33	Existe algum programa ou projeto ambiental ou social realizado?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
34	Existem no relatório informações de riscos ambientais visando evidenciação do controle realizado?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
35	Há informações sobre ruídos e vibrações e análise feita?	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	40%
36	Existe o controle de minimização de situações de emergências ambientais?	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	90%
37	Ocorrem ações corretivas e preventivas?	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	80%
38	São realizados projetos que visem a qualidade de vida do ser humano?	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	90%
39	Existem outros temas relacionados com a responsabilidade social e ambiental no relatório?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
TOTAIS		37	38	26	36	31	33	34	25	37	35	85%
Percentual		95%	97%	67%	92%	79%	85%	87%	64%	95%	90%	85%

Apêndice 3: Quadros de *Disclosure Index* referenciado 2015.

Disclosure Index 2015										
<i>Empresas com altos potenciais de emissão de poluentes.</i>		Vale	Eternit	Usiminas	Braskem	Elekeiroz	Fer Heringer	Ourofino S/A	Qgep Part	Totais
Relatórios de sustentabilidade de anos apresentados		2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	2015	
Nº	Itens verificados									
1	Constam no relatório declaração, existência ou preocupação com a evidenciação de informações sociais e ambientais?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
2	Existem informações sobre políticas ambientais da empresa?	1	1	0	1	1	1	1	1	88%
3	A empresa tem certificação ambiental ISO 50001, 9001, ISO 14.001, ISO 14.011, ISO14.012, ISO 14046?	1	1	1	1	1	0	0	1	75%
4	Constam no relatório informações sobre monitoramento e controle das políticas ambientais estabelecidas?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
5	Constam no relatório os padrões ambientais estabelecidos?	1	1	1	1	1	1	0	1	88%
6	Foi feita alguma comparação de desempenho ambiental versus padrão estabelecido ou versus anos anteriores?	1	0	1	1	1	1	0	1	75%
7	Os funcionários realizaram treinamentos ambientais?	1	1	0	1	1	0	1	1	75%
8	Há informações sobre o reconhecimento das regulamentações ambientais?	1	1	1	1	1	0	1	1	88%
9	Existe a presença de uma gerência ambiental ou de sustentabilidade na empresa?	1	1	0	1	0	1	1	1	75%
10	Há relatos sobre o reconhecimento dos impactos ambientais da atividade?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
11	Ocorre a presença de um sistema de gestão ambiental ou sustentabilidade?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
12	É citado que a empresa utiliza algum programa de restauração, reabilitação, reflorestamento ou reuso?	1	1	1	1	0	1	0	1	75%
13	É feita a reciclagem de matéria prima utilizada?	1	1	1	1	0	1	1	1	88%
14	Foi feita a realização de auditoria ambiental ou social?	1	0	1	1	1	1	1	1	88%
15	Ocorre a evidenciação de um total de gastos em proteção e controle ambiental?	1	1	1	1	1	0	1	1	88%

16	É evidenciada a antecipação, previsão ou utilização de seguro referente a gastos com questões ambientais?	1	1	0	1	0	0	1	0	50%
17	Ocorre a avaliação de contingência e emergência ambiental?	1	1	0	1	1	0	1	1	75%
18	É feita a análise de gastos com matéria-prima, energia e água?	1	1	1	1	1	0	1	0	75%
19	São realizadas doações para instituições públicas/privadas ou realizados projetos destinados ao desenvolvimento social de comunidades?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
20	São evidenciadas práticas da realização de um desenvolvimento sustentável?	1	1	1	1	1	1	1	0	88%
21	Há alguma informação sobre o índice Global Reporting Initiative (GRI)?	1	1	0	1	1	1	1	1	88%
22	Existem indicadores de sustentabilidade podendo ser econômico, ambiental e social?	1	1	1	1	1	1	0	1	88%
23	Há informações sobre emissões atmosféricas e análise feita?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
24	Existe a evidenciação de multas e processos sociais ou ambientais?	1	1	0	1	1	0	1	0	63%
25	A empresa possui licenciamento ambiental de empreendimentos?	1	0	1	1	1	1	1	1	88%
26	Ocorre a menção Lei Federal 9.605 conhecida como lei de crimes ambientais no relatório?	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
27	Ocorre algum processo de logística reversa, descarte ou destinação de efluentes e resíduos na empresa?	1	1	1	1	0	1	0	1	75%
28	Apesar da exploração de recursos naturais é feito algum tipo de recuperação, reposição ou reciclo de recursos?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
29	Há informações sobre efluentes líquidos, qualidade da água e análise feita?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
30	Há informações sobre resíduos sólidos e análise feita?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
31	Há informações sobre a qualidade do solo e análise feita?	1	0	0	1	0	1	0	1	50%
32	A empresa possui objetivos e metas ambientais visando a melhoria?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
33	Existe algum programa ou projeto ambiental ou social realizado?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
34	Existem no relatório informações de riscos ambientais visando evidenciação do controle realizado?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
35	Há informações sobre ruídos e vibrações e análise feita?	0	1	1	0	0	0	0	0	25%
36	Existe o controle de minimização de situações de emergências ambientais?	1	0	1	1	1	0	1	1	75%
37	Ocorrem ações corretivas e preventivas?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
38	São realizados projetos que visem a qualidade de vida do ser humano?	1	1	1	1	1	0	1	0	75%
39	Existem outros temas relacionados com a responsabilidade social e ambiental no relatório?	1	1	1	1	1	1	1	1	100%
TOTAIS		37	33	30	37	31	27	30	32	82%
Percentual		95%	85%	77%	95%	79%	69%	77%	82%	82%